

Mecanismo de Ajuste da Fronteira de Carbono da UE deve isentar Moçambique e outros países em desenvolvimento para contribuir para uma transição justa

- Moçambique e outros países de baixo rendimento poderão ser severamente afectados pelo Mecanismo de Ajuste da Fronteira de Carbono da União Europeia. Há uma forte necessidade de garantir que qualquer acção tomada para atingir as metas climáticas seja equitativa, não aumente as desigualdades e não prejudique a luta dos países menos desenvolvidos contra a crise climática.



- Com efeito, o CDD propõe um período de exclusão ou isenção aos países menos desenvolvidos como Moçambique para lidar com os efeitos económicos da medida; e que se aumente o apoio financeiro e assistência às acções climáticas em países de baixa renda, tendo em conta os recursos que resultarão desta iniciativa.

Em Julho de 2021, a Comissão Europeia propôs a regulamentação do Mecanismo de Ajuste da Fronteira de Carbono (CBAM, em sua sigla inglesa), um dos elementos-chave para alcançar a meta da União Europeia (UE) de reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa em pelo menos 55% até 2030 (em comparação com o nível de 1990). Em 15 de Março, o Conselho da União Europeia chegou a um primeiro acordo sobre o arquivo.

O CBAM é uma tarifa sobre as importações da UE de electricidade, cimento, alumínio, fertilizantes, ferro e produtos siderúrgicos, dependendo do conteúdo de emissão de produção. Com essa medida, os importadores da UE deverão comprar certificados de carbono correspondentes ao preço do carbono que teria sido pago se as mercadorias tivessem sido produzidas sob as regras de preços de carbono da UE¹.

O principal objectivo é limitar o vazamento de carbono, ou seja, empresas transportarem a produção de mercadorias para países com regras ambientais menos rigorosas, e incentivar os países parceiros a estabelecer políticas de preços de carbono

para combater as mudanças climáticas.

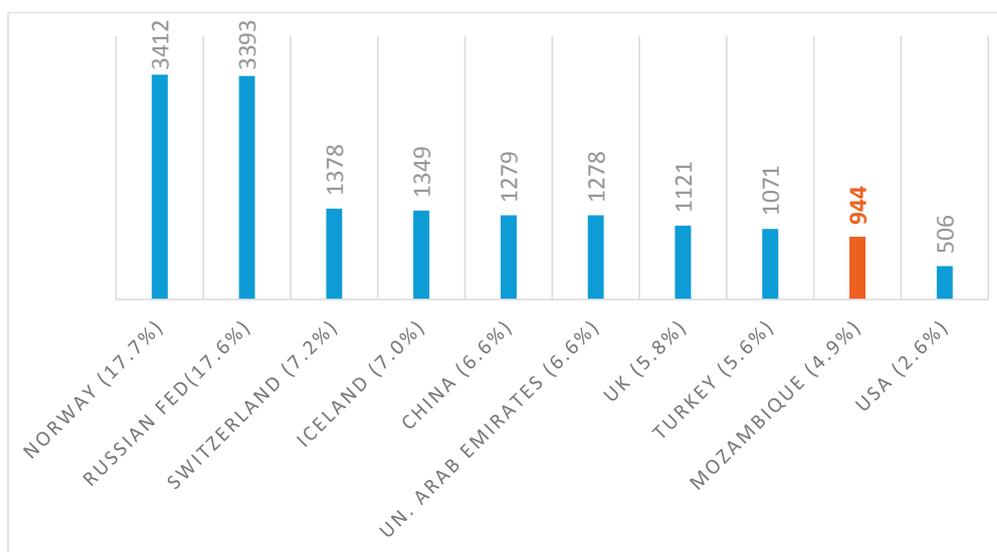
Este mecanismo ajudará a acelerar a descarbonização da indústria europeia e, em simultâneo, a protegerá de empresas de países com metas climáticas menos ambiciosas².

Entretanto, apesar desta medida revelar o forte comprometimento para a transição energética e responder à estratégia de acelerar a independência energética da Europa, ela terá efeitos colaterais severos nos países de baixo rendimento.

Dados de importação da UE indicam que um total de seis (6) países africanos aparecem pelo menos uma vez na lista dos 10 importadores mais afectados em cada sector, nomeadamente: Egipto, Moçambique, Argélia, Marrocos, Tunísia e África do Sul³.

Moçambique, em particular, é o principal exemplo de uma economia em desenvolvimento que será severamente afectada por esta medida. Conforme apresentado no gráfico 1, Moçambique está no grupo dos 10 maiores exportadores de alumínio para UE, com um volume anual de exportação muito acima dos 900 milhões de dólares.

Gráfico 1: 10 Maiores exportadores de alumínio para a EU (million USD) 2015-2019



Fonte: <https://resourcetrade.earth/publications/which-countries-are-most-exposed-to-the-eus-proposed-carbon-tariffs>

¹ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_21_3661

² <https://www.consilium.europa.eu/en/meetings/ecofin/2022/03/15/>

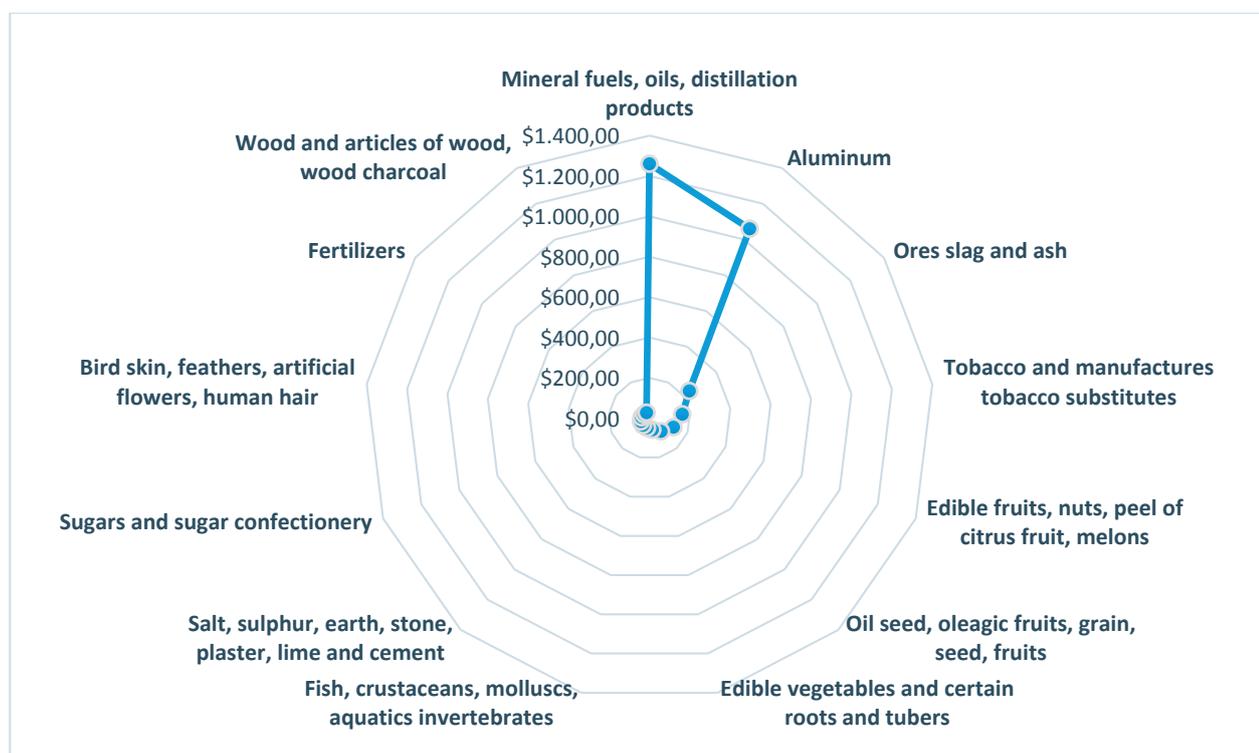
³ <https://www.cgdev.org/blog/eu-tax-african-carbon-assessing-impact-and-ways-forward>

Redução de exportações do alumínio pode afectar a economia moçambicana e a capacidade de financiamento da transição energética justa

Moçambique será particularmente afectado pela introdução de barreiras tarifárias sobre as suas exportações para a Europa. Na verdade, o sector de alumínio é um dos mais importantes para a indústria moçambicana e um dos grandes alicerces para a posição externa do país. Isso deve-se à falta de diversificação na estrutura de exportações em Moçambique.

Conforme apresentado no Gráfico 2, a estrutura de exportação do país é altamente dependente de duas categorias de exportação, sendo a categoria *Combustíveis minerais, petróleo & produtos de destilação*, e a categoria de *Alumínio*. Estas duas categorias estão na escala de 1.2 biliões e 1 bilião de dólares americanos, respectivamente, contra as demais categorias, todas abaixo de 200 milhões dólares.

Gráfico 2: Exportações de Moçambique em 2020 por classes (escala em milhões de USD)



Fonte: Trading Economics (2020)

A dominância do alumínio poderá, portanto, afectar a economia de várias formas. Por um lado, o impacto directo no volume das transacções que significará menor entrada de divisas para o país devido à contracção do valor do comércio externo, afectando a Balança de Pagamentos.

A menor entrada de divisas para o país também

poderá influenciar negativamente a posição da taxa de câmbio, criando pressões para a sua apreciação. Devido à importação da maior parte dos produtos que fazem parte do cabaz básico em Moçambique, a depreciação da moeda nacional poderá impactar significativamente no custo de vida, afectando o bem-estar das famílias mais vulneráveis.



Créditos: Aluminium Insider; Parque de Beluluane Mozal, Moçambique

O peso directo da redução das exportações nas empresas da indústria em Moçambique poderá afectar a capacidade de emprego, reduzindo assim o consumo das famílias e a actividade económica através de um efeito multiplicador.

Por fim, mas não menos importante, resultará em menores receitas para o Estado através dos

impostos cobrados sobre as actividades deste sector, aumentando o défice nas contas públicas.

Este cenário é ainda mais assustador para Moçambique, uma vez que se encontra com um espaço fiscal retraído nos últimos cinco anos e em situação de sobre-endividamento (*debt distress*).

Impacto das mudanças climáticas em Moçambique

O país é altamente vulnerável às mudanças climáticas. Moçambique sofre seca prolongada, cheias, inundações, ciclones e outros fenómenos associados, como a subida do nível das águas do mar, intrusão salina e queimadas, resultando em prejuízos económicos e sociais elevados.

Os ciclones Idai e Kenneth que causaram 689 mortes e impactos negativos são exemplos claros dos eventos extremos que ocorrem em Moçambique.

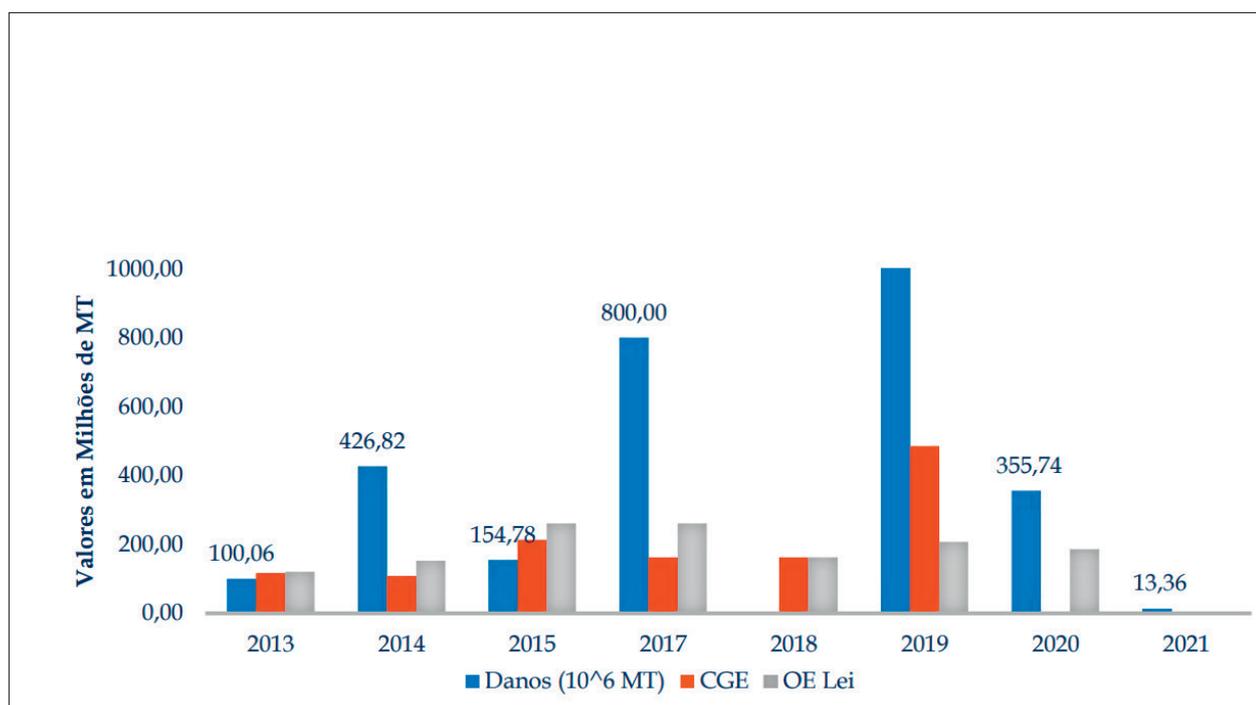
Entre 2013 e 2021, Moçambique registou 46 choques climáticos com destaque para os ciclones Dineio, Idai, Kenneth, Chalane, Eloise e Guambe, que demandaram respostas muito além da capacidade do Governo.

O gráfico 3 mostra as discrepâncias existentes entre o orçamento alocado para o Plano de Contingências (PC) e as necessidades para responder aos desastres naturais. Este desvio representa as pressões que o Governo tem enfrentado na busca de recursos financeiros para responder aos choques climáticos.

As estimativas mostram que durante o período de 2013 a 2021 foi alocado para o Plano de Contingência um valor de 1,3 mil milhões de meticais, enquanto os danos estiveram avaliados 193,8 mil milhões de meticais⁴. Em média, os recursos disponibilizados pelo Governo através do Plano de Contingência representam 1,0% dos recursos demandados.

⁴ <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/relatorios-de-riscos-fiscais/1286-relatorio-de-riscos-fiscais-2022/file?force-download=1>

Gráfico 3: Evolução do financiamento aos desastres naturais (em milhões de meticais)



Fonte: Relatório de Riscos Fiscais (2021)

Com esses desafios, Moçambique encontra-se a implementar a Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas até ao ano 2025, que estabelece, através da planificação sectorial e local, directrizes de acção para criar resiliência, reduzir os riscos climáticos nas comunidades e na economia nacional, e promover o desenvolvimento com baixo carbono e com economia verde.

Ainda assim, os desafios persistem. Por exemplo, é rotineiro a destruição de infra-estruturas a cada tempestade que assola Moçambique, as estradas e pontes são as que mais sofrem, crian-

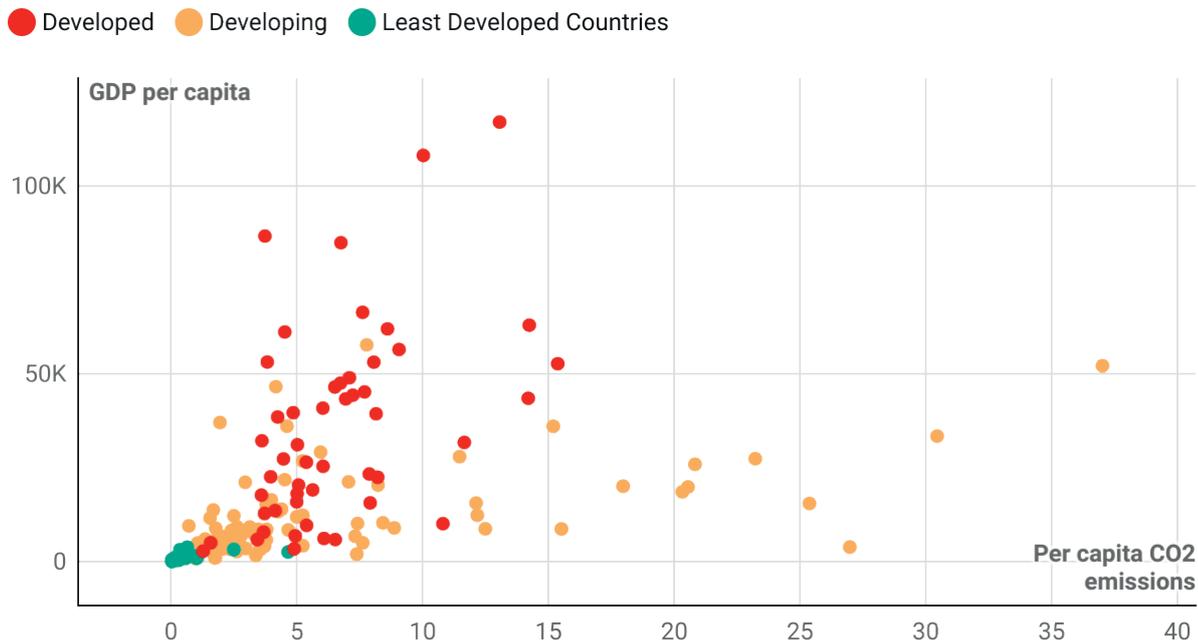
do graves consequências económicas e sociais.

Os desafios enfrentados por Moçambique reafirmam a existência de desigualdades na crise climática, onde os pobres são os mais afectados pelas mudanças climáticas, enquanto são os que pouco contribuem para as emissões de carbono. Com dados de mais de 200 países, o gráfico 4 ilustra que os países menos desenvolvidos são os com menor nível de emissões per capita.

Ademais estimativas da OXFAM⁵ revelam que 50% dos países mais pobres do mundo foram responsáveis por apenas 7% das emissões totais de carbono no mundo de 1990 a 2015.

⁵ <https://www.oxfam.org/en/press-releases/carbon-emissions-richest-1-percent-more-double-emissions-poorest-half-humanity>

Gráfico 4: Desigualdade nas emissões de CO2



Fonte: Global Carbon Project (emissions); UNCTAD Statistics (GDP per capita); Criado com Dataweapper

Recomendações de Política

Há uma forte necessidade de acautelar que qualquer medida tomada para alcançar as metas climáticas seja equitativa, tendo em consideração os desafios enfrentados pelos países de baixo rendimento. Uma transição justa é o que se procura.

O Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) e a OXFAM consideram, portanto, pertinente que o Mecanismo de Ajuste da Fronteira de Carbono (CBAM) incorpore os seguintes aspectos:

- i. **Conceder um período de isenção a Moçambique e outros países menos desenvolvidos.** A União Europeia deve abordar a questão dos impactos negativos do CBAM sobre o bem-estar nos países de baixa renda, como Moçambique, que pouco contribuem para as mudanças climáticas, mas que estão mais expostos aos seus impactos. A concepção de um período de isenção

para os países menos desenvolvidos na implementação permitiria maior tempo para ajustar e fazer a transição para métodos de produção mais ecológicos.

- ii. **Direccionar apoio financeiro e assistência técnica às acções climáticas em países de baixa renda para permitir uma transição gradual.** A transição energética requer uma mudança estrutural das fontes das economias e este aspecto pode ser relativamente difícil para os países de baixo rendimento e com economias pouco diversificadas, como é o caso de Moçambique.

Os países ricos se comprometeram a mobilizar US\$ 100 bilhões a cada ano de 2020 a 2025 para financiamento climático aos países mais pobres, mas a Oxfam estima que poderão não cumprir com a meta e que os países vulneráveis às mudanças climáticas podem perder entre 68 e 75

bilhões de dólares durante o período de seis anos⁶. Num contexto em que a recessão provocada pela COVID-19 agravou o espaço fiscal, é importante garantir que parte das receitas arrecadadas através CBAM sejam para apoiar a

transição energética. Ademais, a União Europeia deve continuar a fornecer suporte técnico aos países africanos para fazerem a migração para energias mais limpas e sustentáveis gradualmente.

⁶<https://www.oxfam.org/en/press-releases/poorer-nations-expected-face-75-billion-six-year-shortfall-climate-finance-oxfam>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autores: Dimas Sinoa
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

